

Bordas do Pantanal (Ocupação, dinamismo e meio ambiente)*

Ido Luiz Michels**
Tito Carlos M. de Oliveira***

Resumo

O objetivo central deste artigo é traduzir o processo de ocupação e dinamismo da chamada *Bordas* da Bacia do Alto Paraguai (BAP).

Com base metodológica situada nos parâmetros: meio físico, relações sociais de produção e as relações de proximidade cultural e histórica, buscou-se entender as distintas fases da ocupação em cada “pedaço” do Pantanal Sul-matogrossense, bem como os principais vetores que proporcionam o dinamismo nas *bordas* meridional e setentrional da BAP/Sul.

O texto caracteriza com propriedade a importância das “zonas pioneiras” movidas pela “febre” do café, a expansão do criatório zebuino e a incorporação da sojeicultura na região.

* Com base no Relatório final da Temática ‘Estudos Regionais e Urbanos’ do PLANO DE CONSERVAÇÃO DA BACIA DO ALTO PARAGUAI (PCBAP), pesquisa do Programa Nacional de Meio Ambiente (PMNA) do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, financiada pelo Banco Mundial no período de 1994 a 1997.

** Economista. Mestre em Economia Regional (UFPB). Professor do Departamento de Economia e Administração (DEA/UFMS). Doutorando em Geografia (USP). Autor do livro, *Crítica ao Modelo Catarinense de Desenvolvimento: do planejamento econômico (1956) aos precatórios (1997)*, Editora da UFMS, 1998.

*** Geógrafo. Doutor em Geografia Econômica (USP). Professor do Departamento de Economia e Administração (DEA/UFMS). Autor do livro *Uma Fronteira Para o Pôr-do-Sol – Um estudo geo-econômico sobre uma região de fronteira*, Editora da UFMS, 1988.

Por fim, considerando a rapidez da ocupação territorial tornou-se necessário a análise das consequências mais visíveis deste processo no meio ambiente pantaneiro.

Palavras-chave: Pantanal, Mato Grosso do Sul, Bacia do Alto Paraguai, Zonas Pioneiras.

Abstract

The main goal of this article is to show the process of occupation and dynamics of the so-called "borders" of the Paraguay Basin (Bacia do Alto Paraguai-BAP). Based methodologically on the following parameters: physical environment, social relations of production and relation of cultural and historical proximity, we have tried to understand the different phases of occupation of each part of the Mato Grosso do Sul Pantanal as well as the main vectors that enable the dynamics in the meridional and setentrional borders of BAP-Sul (Paraguay Basin-South). The text enhances the importance of the "pioneer regions", moved by the coffee "boom", the expansion of the zebu cattle raising and the incorporation of the soya culture in the region. At last, due to the speed of land occupation, it was necessary to analyse the most visible consequences of this process in the Pantanal environment. key words: Pantanal, Mato Grosso do Sul, Paraguay basin, Pioneer zones

Exórdio

A superfície terrestre, no decorrer do tempo, foi marcada por modificações que moldaram a estrutura, a forma e a consistência do ambiente natural. Contudo, as modificações mais agudas na paisagem da Terra - em especial nos últimos séculos do milênio que se finda - não foram dadas pelo movimento natural *por si*, mas sim, pelas ações do homem enquanto elemento social.

Aristóteles - na sua *Política* - nos ensina que "é evidente que o homem, muito mais que a abelha ou outro animal gregário, é

um animal social”. Um ser humano é incapaz de existir sem a presença de outro. Para transformar a natureza - donde se tiram os elementos para a satisfação de suas necessidades - o homem necessitou dispor, além de seu trabalho, do trabalho de outros; juntos desenharam uma nova paisagem sobre a crosta terrestre. A ação, ou melhor, a *história* do homem sobre a natureza pode ser entendida como a criação e recriação de um novo ambiente cada vez *menos natural* e cada vez *mais social*.

O trabalho social transformou a natureza. A natureza primitiva tornou-se, no cotidiano, algo aparentemente ausente. Uma segunda natureza, reconfigurada e mercantilizada em prédios, ruas, enlatados, roupas etc tomou o sentido da aparência original. Essa segunda natureza edificada pela materialidade social, passa a exigir, ininterruptamente, o surgimento de novos e aperfeiçoados *engenhos*, capazes de transformar ainda mais a natureza *natural*. Isso reflete, de um lado, a evolução crescente das forças produtivas e, de outro, impõe novas formas de conviver e habitar. A cidade, em especial a metrópole, é o ambiente mais bem acabado dessa construtura.

Esse novo meio ambiente que promoveu a ruptura com o desequilíbrio ecológico é, em síntese, a conjugação de objetos fixos e diferentes fluxos interconectados. As modernas fábricas ao lado de arcaicas estruturas manufatureiras, os elegantes *shoppings centers* torneados por pequenas lojas e botequins de mau aspecto, os gigantes sistemas de engenharia (auto-estradas, rede de transmissão de energia etc.), coadunados com “pinguelas” e casas de pau-a-pique, entre outros, constituem, em contraste, os mais legítimos elementos da paisagem moderna. A ação transformadora do homem criou novas e novíssimas tecnologias geradoras e produtoras e, em contrapartida, ecossistemas antagônicos e coadunados ao mesmo tempo.

Concomitantemente, o tempo deixou de ser um elemento da natureza para ser fabricado pelo homem. O meio ambiente passou a ser fruto, então, de um tempo histórico contextualizado diante das diversas condições de convivência entre os homens. Assim, o meio ambiente é não apenas os homens e seus objetos materiais, mas também o produto social da ação de cada período: as classes, a cultura, os mitos, os símbolos e as utopias legadas.

A Bacia do Alto Paraguai (BAP), conforme caracterizada pelo Projeto PCBAP como um todo, é constituída por duas grandes formações naturais com características bióticas e abióticas definidas e próprias: a planície do Pantanal e as áreas de planaltos e serras. Deve-se observar ainda que, mesmo dentro de cada formação natural, a desenvoltura da ocupação antrópica não se apresentou de forma isócrona e muito menos similar. Propicia, com efeito, estruturas urbanas antagônicas, hierarquizadas e de dinamismo econômico regional diferenciado.

Este texto, por isso, está significando, em termos específicos, uma tentativa de estabelecer uma análise do processo evolutivo regional, significando um esforço de analisar os impactos da estrutura e da dinâmica da economia regional sobre o ecossistema pantaneiro.

Ocupação e dinamismo regional da Bacia do Alto Paraguai (sul)

O dinamismo da BAP, ao longo das últimas décadas, tem-se mostrado substancialmente diferenciado, tanto em nível regional quanto urbano. O processo de ocupação do território e nascimento de cidades, a grosso modo, vem-se constituindo em um espelho da dinâmica do processo de incorporação da região à economia nacional e internacional.

Nesse sentido, a abordagem sobre o dinamismo regional e suas interferências no meio ambiente passa pelo entendimento do processo de ocupação da BAP. O avanço da ocupação territorial responde, *vis-à-vis*, a uma conjuntura nacional de incorporação dos espaços regionais e a uma economia cada vez mais integrada e comandada por um “centro dinâmico” (leia-se Sudeste), ao mesmo tempo ligada ao sistema capitalista internacional.

Para efeito didático, dividimos a BAP/sul em três pedaços, cuja base metodológica situou-se em três parâmetros: o meio físico, as relações sociais de produção e as relações de proximidades culturais e históricas. Encontram-se, então, seis cidades no *Pantanal*: Corumbá, Porto Murtinho, Miranda, Aquidauana, Ladário e Anastácio. Dez cidades na *borda meridional*: Caracol, Bela Vista, Jardim, Bodoquena, Bonito, Guia

Lopes da Laguna, Dois Irmãos de Buriti, Nioaque, Antônio João e Terenos, e, as partes dos municípios de Sidrolândia e Jaraguari. E, dez cidades na *borda setentrional*: Sonora, Alcinópolis, Pedro Gomes, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Camapuã, São Gabriel D'Oeste, Rio Negro, Corguinho e Rochedo, e parte dos municípios de Costa Rica e Bandeirantes (Figura 1).

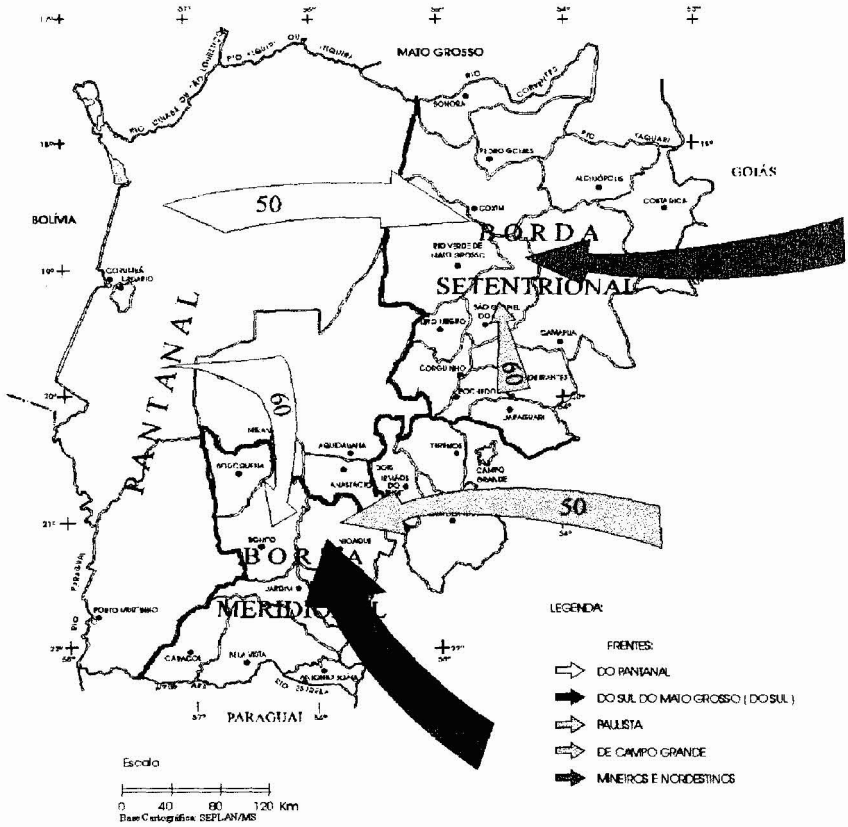
É mister ressaltar que a dinâmica de ocupação da *bacia* não se apresenta de forma uniforme nem isócrona. Por isso, deve-se identificar quais os principais vetores da ocupação e em que tempo se deram. A ocupação do *Pantanal*, por exemplo, soberbamente explicado e analisado por Valmir Corrêa em seu “Pantanal - Enclave das Águas”, tem sua dinâmica de ocupação toda ela ligada ao criatório bovino para o mercado nacional no decorrer do século passado (ver também MAMIGONIAN, 1986). Muito diferente, portanto, do dinamismo encontrado na *borda setentrional*, durante o segundo lustro dos anos setenta, quando apresentou uma agricultura comercial ligada ao mercado internacional, a seguir.

a. O processo de ocupação das bordas: anos 50 e 60

Considerando os limites metodológicos e temporais impostos para conclusão deste estudo, restringiu-se a investigação ao processo de ocupação ocorrido no período pós-metade do século atual. O corte histórico deve-se a dois fatos essenciais: um, a lentidão e uniformidade dos acontecimentos precedentes aos anos cinquenta; e outro, o fato desses acontecimentos terem sido suficientemente desenvolvidos pelos autores citados. Outro fator que não pode ser minimizado, é que a ocupação - aqui entendida como crescimento populacional, expansão das atividades econômicas e nascimento de cidades - da BAP, assim como do Centro-Oeste como um todo, deu-se a partir da *marcha para o Oeste*, programa do governo Vargas. Assim, os anos cinquenta satisfazem como baliza para o entendimento da ocupação.

FIGURA 1

Frentes de ocupação da Borda Meridional e Borda Setentrional nas décadas de 1950 e 1960.



Fonte: Elaboração a partir de informações estatísticas e entrevistas à campo
 Orientação: Tito Carlos M. de Oliveira, Ildo L. Michels
 Edição Gráfica: Leonardo Freitas Alves e Sidney C. Dantas

A ocupação da Bacia do Alto Paraguai, em sua parte sul, tem, em síntese, dois vetores determinantes: o gado e o café. O primeiro, movido pelo aumento do rebanho bovino nos *pantanaís*; o outro, movido pela expansão das *zonas pioneiras* provenientes do Sudeste (em especial de São Paulo). E ambos inseridos no contexto de um mercado nacional cada vez mais consolidado e de um mercado internacional reativado, após intenso período recessivo (1920-1948).

Nos primeiros anos da década de cinqüenta, encerra-se mais um “ciclo das cheias” na região dos *pantanaís*, colocando vantajadas condições de crescimento do rebanho bovino no período subsequente. Numa razão inversamente proporcional, quando descia o nível das águas crescia o rebanho. Em Corumbá o Censo de 1950 acusava a presença de um rebanho de 573.311 cabeças; três anos mais tarde o rebanho estava calculado em 778.748 cabeças (CAMPOS, 1960), isto é, 35% superior. Aquidauana, outro exemplo, em 1950 possuía um rebanho de 342.312 cabeças de gado, que em 1953 já passava de 418 mil.

No conjunto, o rebanho bovino da região compreendida como *Pantanal*, que em 1950 apresentava 1,1 milhão de cabeças, dez anos mais tarde ultrapassava 1,6 milhão (um crescimento de 45,5%). Na mesma proporcionalidade, crescia o número de estabelecimentos de pecuária, 48,3% na década.

Todavia, há de se considerar a baixíssima capacidade do *Pantanal* em absorver o potencial de crescimento do rebanho. A presença de lagoas e “cordilheiras” que, qualitativamente, propiciavam a criação do gado em condições favoráveis e a baixo custo, quantitativamente, pressionavam a manutenção da proporção de cabeças de gado por hectare - apenas uma cabeça para quatro hectares era suportável sem absorção de novas técnicas. Noutros termos, o crescimento do rebanho estava condicionado a um limite físico imposto pela geografia da região. O Pantanal que - no dizer

do poeta - “não tem limite”¹, paradoxalmente impõe severos limites aos objetos e fluxos nele presentes.

Esse limite termina sendo o “carma” do fazendeiro do Pantanal: durante as enchentes necessita retirar o gado para as partes mais altas ante a possibilidade da mortalidade do rebanho; nas secas, o fator crescimento é o elemento de imposição à retirada do rebanho ante a possibilidade de emagrecimento do gado, e, como efeito, emagrecimento dos lucros. Por outro lado, as condições culturais e geográficas de ocupação da região, cultuando uma tradição quase que “*extrativa*” do gado, foram, no decorrer do tempo, impedindo que se engendrassem formas mais dinâmicas e mais modernas de manejo, e fazendo com que persistissem baixíssimas *taxas de desfrute* do rebanho.

Tudo isso condicionou, também, a persistência das relações sociais de produção. As relações do *tipo agregado* foram dominantes até há poucos anos. Por outro lado, o aumento da produção passava pelo aumento do latifúndio e não pela adequação de técnicas mais apuradas.

Nesse sentido, os fazendeiros do gado, diante do aumento do rebanho, e movidos ainda pela perspectiva de uma conjuntura internacional de crescimento do consumo e do mercado, passaram a investir em novas terras. Como as terras do Pantanal estavam ocupadas por grandes latifúndios, não lhes restou senão a expansão do criatório para as *bordas*.

Aqui, é pertinente observar as ligações e “hierarquias” entre as cidades durante os anos cinquenta. Analisando-se os números e as fontes documentais e literárias da época, obtém-se o seguinte quadro. Primeiro, existia uma débil ligação entre as cidades por via terrestre. Dentro da BAP, não havia sequer uma estrada asfaltada, e as estradas de rodagem existentes foram construídas, aproveitando-se velhas estradas carreteiras, permitindo, inclusive, a permanência daquela modalidade de transporte (carros-de-boi, charretes etc.), ou seja, eram

¹ Manoel de Barros no seu Livro de “Pré-Coisas” relata que “no Pantanal não se passa a régua. A régua é existintura do limite. E, o Pantanal não tem limite”.

insuficientes, tortuosas e de difícil manutenção. Os caminhos de ferro faziam a ligação apenas entre as cidades de Corumbá, Miranda, Terenos, Campo Grande e mais Sidrolândia pelo ramal de Ponta Porã. A navegação fluvial ligava com frequência (o ano todo) apenas as cidades de Corumbá, Ladário e Porto Murtinho; e, parte do ano, as cidades de Aquidauana (rio Aquidauana), Miranda (rio Miranda), Bela Vista (rio Apa) e Coxim (rio Taquari). No conjunto, com exceção das que eram ligadas pela ferrovia, as cidades se comunicavam com imensas dificuldades. Desta maneira, obtém-se a arquitetura de uma rede de cidades hierarquizadas: cidades e vilas ligavam-se imediatamente a uma cidade de maior porte com vistas ao seu abastecimento comercial e de serviços.

Mesmo considerando que todos os caminhos da época apontassem na direção de Campo Grande - um centro submetropolitano - Corumbá, Coxim, Bela Vista e Aquidauana possuíam nos seus contornos, cidades e vilas satélites. Essas cidades - à exceção de Coxim - em 1955, possuíam uma estrutura comercial e de serviços muito superior às demais dentro da BAP.

É importante ressaltar que Coxim, em meados da década de cinquenta, era uma pequena cidade de pouco mais de dois mil habitantes, mas possuía uma articulação comercial privilegiada: comunicava-se com Campo Grande e com Cuiabá (capital), pois ficava à beira da estrada, e com Corumbá através do rio Taquari (afluente do Paraguai). Isso fazia com que Corumbá possuísse uma ligação comercial mais estreita com a *borda setentrional* do que com a *borda meridional*.

Por sua vez, Bela Vista possuía uma articulação comercial mais intensa com a região de Ponta Porã e Dourados; articulação histórica, sobretudo. Por Bela Vista passava o *Ilex Paraguaiensis* (mate) principal produto de exportação do sul do velho Mato Grosso até o primeiro quartel deste século. Essas articulações possibilitavam o comércio de terras e, por conseguinte, a transferência de rebanhos. Sem embargo, há um avanço do rebanho pantaneiro em direção às savanas da Serra do Pantanal, espalhando-se às margens do Taquari e do Coxim. A ocupação dessas terras de vacarias de Coxim, Rio Verde e Camapuã suscitou um movimento populacional, desembocando na compra de terras

por fazendeiros da região de Campo Grande, de Cuiabá e de outros estados, especialmente de Minas Gerais e da Bahia.

O conjunto desses três municípios em 1950 apresentou no Censo pouco mais de 160 mil cabeças de gado e 269 estabelecimentos de pecuária; dez anos depois, esses municípios registravam mais de 850 estabelecimentos e 418mil cabeças de gado. Apesar de se notar um aumento significativo no número de estabelecimentos, não se constata, entretanto, mudanças na estrutura fundiária; ao contrário, verifica-se no Censo-60 uma média superior a 2.300ha. por estabelecimento.

Noutro lado, pelas bandas da Serra da Bodoquena, a ocupação por rebanhos bovinos também começa a intensificar-se, sendo os principais ocupantes originários do extremo sul do estado. No período em pauta, acontecia um processo de ocupação direcionado - para a agricultura - por empresas colonizadoras² na região de Dourados, nas terras do grande Bata e de Naviraí. A chegada de “corpo estranho” nos campos de vacarias de Dourados consumou um desalojamento de médios pecuaristas (proprietários e arrendatários), restando a eles um deslocamento mais a oeste, onde havia grandes extensões ainda por serem ocupadas.

Nesse contexto, ocorre um processo de ocupação das terras de Bela Vista, Bonito, Jardim e Guia Lopes. Todavia o crescimento do rebanho bovino (pouco mais de 100 mil em uma década) e a extensão média dos estabelecimentos (1.400ha) são muito menores que os observados na região de Coxim.

Entrementes, o gado não foi nem o único nem o mais importante aspecto econômico no processo de ocupação nas *bordas* da BAP. A expansão da agricultura cafeeira, no primeiro momento, engendrou formas mais eficientes de consolidação econômica e populacional.

Tanto a *Borda* meridional da BAP quanto a *setentrional* foram movidas pelo avanço da cafeicultura no decorrer dos anos

² Empresas colonizadoras como o Soneco, Vera Cruz e Viação São Paulo - Mato Grosso compravam grandes extensões de terras - principalmente do Tcheco Bata - e dividiam em lotes variando de 8 a 25 ha e vendiam a sudestinos em especial. Sobre essa questão, consultar PEBAYLE & KOEHLIN (1981).

cinquenta. Havia nas tradicionais áreas produtoras de café do País um “esgotamento” do processo produtivo - cultivo, expansão de outras culturas, formas de exploração do trabalho etc - especialmente no Estado de São Paulo. Tal situação foi deslocando trabalhadores e pequenos produtores de suas terras; um intenso êxodo rural tomou conta do Sudeste. Como efeito, houve uma drenagem de trabalhadores e cafeicultores expropriados para outras regiões. Oeste de Santa Catarina, norte do Paraná, oeste de São Paulo, norte do Rio Doce (ES) e sul de Mato Grosso foram áreas típicas de expansão de *Zonas Pioneiras*³, cuja cultura principal atava-se ao café.

Muitas dessas chamadas *zonas pioneiras* foram promovidas e financiadas pelo aparelho estatal local; no Mato Grosso (do Sul) os exemplos mais expressivos foram as Colônias sediadas no Município de Dourados. Todavia, as condições favoráveis ligadas à qualidade e ao preço das terras incentivaram empresas colonizadoras e até mesmo corretores a investirem na venda de terras para sudestinos.

Apoiados na forte corrente expansionista do café (sem, entretanto, significar obrigatoriedade do plantio desse produto) vários projetos de acomodação de colonos e colonização foram criados nas *bordas* da Bacia: Colônia Arnaldo E. de Figueiredo (na hoje Bodoquena); Colônia Rio Negro (em Rio Negro); Colônia São Romão (em Coxim); Colônia Penzo (na hoje Antônio João); Colônia Cipó (em Aquidauana); Colônias Cascavel e Buriti (em Terenos). São, possivelmente, os melhores exemplos da tentativa da expansão da atividade agrícola para um território tradicionalmente pecuarista.

A abundância de terras na região, a grosso modo, não constituiu para o grande latifúndio pecuarista algum incômodo, como ocorreu na região do extremo sul do estado. Ali, a modificação da paisagem - dada especialmente pela circulação de

³ “De uma zona pioneira - esclarece Waibel (1979: 282) - em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o fluxo de uma forte corrente humana, ...”.

novas mercadorias - de forma lenta, engendrou, cumulativamente, formas diversas de valorização das terras. Isso resultou, sem embargo, no aumento do ritmo da ocupação de novas áreas pastoris.

Nos anos cinqüenta não se verificou, na região, alguma mudança aguda nos padrões de comportamento produtivo, nem tampouco uma mudança estrutural do espaço. Contudo, ocorreu a gênese de uma mudança qualitativa e quantitativa que se dará em décadas posteriores.

Na realidade, a febre do café, naquele período, possuía seu *locus* de prioridade dentro do Mato Grosso (do sul): a região da grande Dourados. Assim a produção agrícola crescia no decênio 1950-1960 de forma lenta, exceção feita à região dos arredores de Campo Grande, puxada pelo dinamismo particular da cidade. No caso do café, embora os números apresentassem percentuais expressivos, o *quantum* absoluto era irrisório: a *borda meridional* tinha, em 1950, apenas 20 estabelecimentos que produziam 8 toneladas de café; em 1955, a produção subia para pouco mais de 600t (contando com Jaraguari, localizada nos arredores de Campo Grande) e, em 1960 excedia a 940t. Na *borda setentrional*, a produção que era de 90t em 1950, dez anos mais tarde atingia mais de 2.300t, incluindo as 1.800t de Corguinho, cidade ao entorno de Campo Grande. Isto é, a produção não respondeu ao clamor de intensas modificações na estrutura espacial. Todavia não pode ser desprezada.

O volume populacional presente na região em questão suscitou um movimento de mercadorias antes não verificado, desembocando, por sua vez, em novas formas de trocas, novas formas de relações sociais e novo dinamismo econômico. E mister assinalar que esse movimento, *per si*, não significava a integração completa do campo nas relações capitalistas como um todo. O regime de exploração do colonato agregado permanecia quase intocado. Até mesmo o produtor de café ou o mineiro de diamante (também pioneiros) apenas tangenciavam os circuitos da economia moderna.

Essa situação fica melhor evidenciada quando é analisada a distribuição espacial do comércio existente dentro dos municípios,

do qual uma grande parte ainda se encontrava no campo. A “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - Mato Grosso” destaca que, em Camapuã, por exemplo, verificavam-se 20 casas de comércio varejista na sede do município e mais de 20 na zona rural; em Sidrolândia, 26 na cidade e o mesmo número no campo; em Bonito, apenas 10 na cidade e mais de 30 no campo; em Jardim, o mais significativo, havia apenas 5 casas comerciais na cidade (com funções também de atacadista), enquanto no campo registrava-se a presença de mais de 80. O comércio no campo nada mais é que o chamado “*armazém*” de grandes fazendeiros que abasteciam colonos e agregados que assim se mantinham dependentes da produção.

Mas, se a situação no campo é de permanência, nas cidades as modificações são acentuadas. Como já assinalado, o contingente populacional recém-chegado na região promoveu a consolidação de núcleos urbanos estagnados há décadas. Como lembra WAIBEL (1979), o pioneiro não significa apenas um indivíduo a mais; além de expandir o povoamento, cria novos padrões de convivência, força a melhoria das comunicações, aperfeiçoa as técnicas e como efeito altera a vida comunitária.

A conquista do *status* de município por algumas localidades e o crescimento do volume populacional urbano são os melhores sintomas da contribuição dos *pioneiros* nas *bordas* da BAP nos anos cinquenta e no primeiro lustro dos sessenta. Na época, nasceram os municípios de Guia Lopes da Laguna, Jardim, Jaraguari, Terenos, Sidrolândia, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, Anastácio, Caracol, Bandeirantes, Corguinho, Pedro Gomes e Antônio João, ou seja, 4 (quatro) na parte *setentrional*, 5 na parte *meridional*. Anastácio, desmembrado de Aquidauana, possuía grande parte de seu território no planalto e por isso, também sofreu influência de todo o processo descrito.

A maioria das cidades - algumas ainda eram sedes de distritos ou localidades - cresceram de 1950 a 1960 mais do dobro. Merecem destaque especial as cidades de Jardim, Rio Verde, Terenos e Camapuã com crescimento muito superior a 100%.

Pelo conjunto de dados disponíveis, é possível depreender que a parte *meridional* da Bacia possuiu um dinamismo mais acentuado que a *borda setentrional*. A razão mais acentuada para

isso, pode-se dizer, foi o fato daquela parte ter sido alvo de maiores penetrações de frentes pioneiras; enquanto a parte *setentrional* foi foco de expansão das atividades pastoris, tanto dos pantanais quanto da região de Campo Grande.

Em termos ecológicos, o período em evidência é marcado por uma forte presença da natureza na economia. Primeiro, pelo fato do sistema de criação de gado zebuino (absoluto no estado até hoje) ter interferido nas cadeias alimentares existentes e no conjunto do sistema vegetal. Tanto no sul quanto no norte, havia um predomínio da cobertura de um tapete herbáceo e savanas arborizadas substancialmente pobres.

O sistema de criatório superextensivo (quase extrativo) apresentava um crescimento do rebanho de forma muito lenta, com alto índice de mortalidade e baixíssima taxa de natalidade. A própria obrigatoriedade de vacinação do rebanho contra aftosa e brucelose nunca chegou a ser cumprida em sua totalidade. Os currais (quando muito as residências) eram construídos a partir de toras de madeiras extraídas dos arredores ou seletivamente de matas ciliares. Observa-se, portanto, que a vegetação não sofria um corte drástico.

Esse sistema, em grande parte movido pelos aspectos sócio-geográficos, não arrebanhou consigo consumidores de 2ª e de 3ª ordem, isto é, apenas os bovinos (consumidores de 1ª ordem) não foram suficientes para perturbar fundamentalmente a cadeia alimentar ali existente. Grosso modo, pode-se considerar que o criador dos anos cinquenta construiu um arsenal apenas de defesa - por sinal, muito insuficiente.

Já a marcha pioneira caracterizada por MONBEIG (1952) como “destruidora de riquezas naturais”, também não mostrou grande capacidade destruidora. O influxo de um contingente pouco representativo de pioneiros - considerando o volume de terras -, e o próprio isolamento a que foram submetidos, somados às técnicas agrícolas rudimentares, jamais favoreceram um uso do solo muito além da capacidade de suporte da natureza.

A dificuldade em adquirir bens de consumo e os imensos obstáculos de comunicações inviabilizaram uma agricultura comercial de grande porte, consumidora de insumos e produtora para um mercado. Desta maneira, a região das *bordas* exibia uma

pequena economia mercantil e uma forte dependência do colono em relação à natureza, fazendo dele um agressor sem ímpeto.

As primeiras “roças” de cafezais foram aparecendo às custas de machado em punho; os arados (quando existiam) eram puxados “à unha” ou por animais. Tais instrumentos rasgavam a mata e degradavam os solos muito limitadamente. Mesmo nos locais de colonização, cuja base de produção foi o garimpo - por natureza uma atividade fortemente agressora do meio ambiente - ou a cultura do arroz e do milho, não se consegue visualizar uma agressão ao ecossistema da Bacia de forma irreversível.

Assim é que nas proximidades de Porto Murтинho, onde se exerceu fortemente o extrativismo do quebracho e da ipecacoanha (poaia) - donde se extraía, respectivamente, o tanino (produto utilizado para curtir o couro) e o cloridrato de emetina (produto farmacêutico) - não se verificou o desmantelamento do ecossistema pantaneiro.

Desse modo, no decorrer dos anos cinquenta, a economia estava, por assim dizer, condicionada aos aspectos naturais presentes, tanto no *Pantanal* quanto em suas bordas. Essa situação iria sofrer radicais transformações nas décadas seguintes.

b. Dos setenta aos oitenta: manutenção e mudança

“É conveniente ressaltar - coloca CORRÊA (1993 : 30) - que os diversos ambientes não constituem células autônomas, independentes uns dos outros”. Por mais isolados que aparentem ser, os ambientes possuem articulações múltiplas. Nesse sentido, o dinamismo de um local depende das condições internas e externas presentes.

Na Bacia do Alto Paraguai, o movimento exógeno foi fundamental para o processo de ocupação e desenvolvimento da região como um todo. Sem desprezar as relações internas, muito menos o meio geográfico, há de se reconhecer que o conjunto de fatores externos imbricadamente engendrou com mais intensidade a face do dinamismo e a agudez da depredação ambiental.

A região denominada *Pantanal* consolidou durante os anos cinquenta um crescimento singular na sua história. A seca do início dessa década se prolongou até os primeiros anos dos setenta, melhorando as condições do criatório. Nesses vinte anos, o

rebanho saltou de pouco mais de um milhão de cabeças, em 1950, para mais de 3,6 milhões, em 1970; em Corumbá, o município mais importante, passou de 570 mil para mais de 2,5 milhões. Mas, se o crescimento foi representativo, não se pode dizer o mesmo em relação ao dinamismo; técnicas obsoletas de manejo do rebanho, associadas a um tipo de relação de trabalho patriarcal e servil que persistiu (e persiste ainda) no local - salvo exceções, refletiram no dinamismo urbano e regional.

O fato da persistência de estruturas arcaicas no *Pantanal* associa-se a fatores físicos do terreno em primeiro plano e a fatores do mercado externo, em segundo. Um terreno de difícil acesso, mesmo nos períodos de seca, impedia a destruição de um fortíssima economia natural dentro das fazendas (CORRÊA FILHO, 1955) e obstaculizava a penetração de insumos modernos para o manejo do rebanho como também a própria retirada do gado para venda. Mantinha-se, assim, o isolamento da fazenda em relação ao mercado. Isso se configurava numa incipiente taxa de desfrute do rebanho (menos de 13%) e na permanência da atividade de cria, obrigando a transferência do gado para recria e engorda noutros lugares.

Contudo, as condições físicas não são suficientes para entender-se o crescimento gigantesco do rebanho na década de sessenta. Enquanto o número de cabeças cresceu, de 50 para 60, pouco mais de 60% (1,0 milhão para 1,64 milhão), de 60 para setenta, o crescimento foi de 2,0 milhões de cabeças (mais de 120%). Dentre uma série de fatores que determinaram esse acréscimo, um é fundamental: a queda do preço da arroba do boi no Estado de São Paulo (JUNQUEIRA, 1982).

A queda no preço da arroba do boi nas regiões tradicionais de invernadas no interior do Estado de São Paulo tornou-se muito mais dramática para os criadores do *Pantanal*. Tradicionais comerciantes compradores do gado pantaneiro para engorda foram desestimulados, pelos preços baixos, a continuar com esse comércio. Vários pecuaristas entrevistados relataram as dificuldades para vender parte do rebanho na época, forçando o transporte do gado em menor número, em especial, para os leilões na região de Campo Grande.

Um assunto a ser melhor estudado é a possibilidade do aumento do rebanho no Pantanal nos anos cinquenta ter influenciado na referida queda do preço da arroba, durante a década de sessenta. Assim como, o início do período de cheias nos primeiros anos da década de setenta, no *Pantanal*, pode ter correspondência com o aumento do preço da arroba nos anos setenta. O fato é que, por ser Mato Grosso (do Sul) um estado eminentemente pecuarista nas décadas 50, 60 e 70, sua estrutura respondia *vis-à-vis* à estrutura do mercado, especialmente na Bacia do Alto Paraguai.

O crescimento do rebanho nos *pantanaís* significou também o crescimento, “por tabela”, do rebanho na *borda meridional*; como deveria também promover o aumento do rebanho, nas mesmas proporções, na *borda setentrional*: todavia isso não ocorreu.

Na parte meridional da *borda*, constatou-se um crescimento do rebanho bovino de 1960 para 1970 bastante significativo: 196 mil, em 1960 e 492 mil, em 1970. A principal razão para esse aumento foi a mesma verificada nos anos cinquenta, ou seja, deslocamento do rebanho do Pantanal para lá. Outro fator que também teve influência - não com tanta intensidade - foi a queda nos preços do café de forma acentuada antes do primeiro lustro dos sessenta (PĒBAYLE & KOECHLIN, 1981: 13). Um cultivo que aparentava consolidar-se na região - principalmente nas colônias - foi inopinadamente desestimulado. Os colonos e outros fazendeiros que se aventuraram na cultura do café foram forçados à mudança: ou buscando culturas de maior capacidade comercial ou direcionando-se para a pecuária⁴.

Também não se pode minimizar o fator qualidade das terras, em especial na região da serra da Bodoquena. As pastagens daquele local foram se consolidando mais e mais como área

⁴ Pode-se achar estranho de fato de, mesmo com os preços do boi em queda, donos de terras optarem pela pecuária. Dois fatores explicam: um é que a queda nos preços do café foi anterior a queda do preço do boi. Segundo, existe uma tradição - especialmente na Região do BAP - que “como o boi nunca se perde”; óbvio está que essa afirmação diz respeito aos pequenos gastos com o manejo do rebanho extensivo.

propicia para recria e até mesmo engorda. Essa condição fortalecia a exploração latifundiária: mais de 80% da área eram ocupados por estabelecimentos de mais de 1.000ha, o que representava menos de 20% do número de estabelecimentos. De fato, o preço da terra não sofria grandes quedas, e, como efeito, impedia a transação imobiliária e a migração.

Caso diferente ocorreu na *borda setentrional*. Ali, o crescimento do rebanho não reagiu com o mesmo ímpeto. Camapuã, Coxim e Rio Verde de Mato Grosso possuíam, em 1960, menos de 420 mil cabeças de bovinos; dez anos mais tarde, a região que compreendia esses municípios somava 510 mil cabeças (crescimento inferior a 25%).

Essa diferenciação está relacionada a aspectos eminentemente geográficos (físicos e econômicos). No decorrer dos anos cinquenta e sessenta, a navegação interna foi, sucessivamente, perdendo intensidade - a externa já havia praticamente se desmontado nas primeiras décadas do século -, ainda mais com o regime de secas fazendo com que as cidades da *borda* perdessem completamente a comunicação com a região de Corumbá. O movimento de mercadorias e negócios de terras, muito ativo entre as regiões até o primeiro quinquênio dos 1950, foi-se diluindo nos lustros seguintes.

Data da mesma época um aumento progressivo do transporte rodoviário, concorrendo com os transportes fluvial e ferroviário. As cidades da *borda setentrional* encontravam-se exatamente entre os dois maiores centros de desenvolvimento existentes dentro do velho Mato Grosso: Campo Grande e a capital Cuiabá, ligadas pela BR 163. A dinâmica e a capacidade do transporte rodoviário⁵ naquela porção do território eram muito mais intensas, por consequência, que no restante da BAP. Há que considerar ainda que as características do terreno eram muito mais favoráveis à agricultura e ao transporte que as existentes na extremidade meridional.

⁵ O caminhão é um “animal” completamente indisciplinado, pois não está preso aos meandros das águas nem aos caminhos de ferro, aproveita as estradas carreteiras e consegue penetrar nos mais inóspitos rincões.

A parte norte da Bacia requeria uma atuação diferenciada. A queda nos preços do café e na arroba do boi desestimulou tanto cafeicultores quanto pecuaristas. Isso resultou, por conseguinte, numa redução nos preços das terras da região. Segundo alguns tradicionais corretores de terras, aquela região passou por um período amargo - assim como toda a Bacia: terras baratas e sem nenhuma perspectiva de crescimento no setor agropecuário e urbano. Paradoxalmente, essa desvalorização fundiária incentivou o influxo de migrantes pernambucanos, cearenses, goianos e paulistas para novas colônias nos municípios de Coxim e Rio Verde de Mato Grosso, mormente.

“Como resultado - IBGE (1989: 25) - sua população rural cresceu em 108,83%, enquanto a urbana em apenas 10,02%”. Crescimento superior - e diferenciado devido ao crescimento na zona rural - das duas outras regiões. A paisagem da *borda setentrional* passou por transformações já no primeiro quarto dos anos 70.

O volume de terras disponíveis, o asfaltamento da BR 163 e um novo alento nos preços do café, coadunados com os subsídios estatais para a agricultura - programa de expansão da fronteira agrícola nos governos dos gerais -, levaram a região a uma redefinição de sua estrutura produtiva. A expansão capitalista havia chegado com vigor ao Mato Grosso (do Sul). Vários empreendedores, em especial corretores do próprio estado, iriam aventurar-se no plantio do café⁶.

Cada vez mais a região foi-se solidificando na agricultura. O número de tratores para a agricultura, que somava 200 em 1970, passa, cinco anos depois, para aproximadamente 900, segundo o Censo Agropecuário. A área de lavoura temporária aumentou em mais de 100 mil ha, em cinco anos. Todo esse movimento estava assentado na cafeicultura. Por outro lado, se os solos e os financiamentos respaldavam os investimentos na cultura do café, o clima não lhe era favorável. As sucessivas geadas nos períodos de

⁶ Gabriel Abrão, tradicional corretor em Campo Grande, chegou a plantar na região, que hoje é São Gabriel D'Oeste (cidade inclusive fundada por ele), 1.100.000 covas de café, para o que recrutou mais de 2.000 trabalhadores do sul da Bahia (OLIVEIRA, 1994).

inverno seco desmontaram os cafezais e as esperanças dos donos das terras. Com a mesma rapidez que brotaram, modificando a geografia da *borda setentrional*, os imensos cafezais desapareceram antes de meados da década de setenta. A geada matou os cafezais, mas não matou a nova geografia do lugar.

O plantio de cafezais determinou a movimentação cada vez mais intensa de capitais constantes e circulantes (variáveis), criando um sistema de intercâmbio difícil de retroceder. Na verdade, a cafeicultura alterou a monótona paisagem de então. Os fluxos de mercadorias, ao mesmo tempo que alteravam as relações produtivas vigentes, engendraram a construção de fixos, redefinindo novos e velhos objetos do espaço geográfico. Há uma nova *valorização* do espaço. Com o fim dos cafezais, ocorre uma recomposição das áreas de lavouras com a introdução de novos objetos naquele espaço.

Deve-se lembrar que a soja havia-se estabelecido no con sul do estado (região da grande Dourados) com pleno êxito. Os sucessivos programas de incentivos do governo central para a sojeicultura, a configuração de um terreno plano apto à intensa mecanização e um mercado internacional pleno e receptivo ao lado de um mercado nacional de óleo e derivados de soja em franca expansão empurravam a soja para latitudes cada vez menores.

O movimento assim deflagrado atraía agricultores capitalizados do Sul do País para dentro do estado. Mato Grosso do Sul postava-se, com rigidez, na divisão nacional e intra-regional do trabalho como produtor de grãos. Assim, a soja se alastrava para os entornos de Campo Grande - Sidrolândia e Terenos - avançando em direção ao *Pantanal* (provocando a divisão de Anastácio) e logo chegava aos domínios de ex-cafezais.

Nos sertões da *borda setentrional* (e numa parte da *borda meridional*) da BAP, encontrava terreno sadio para sua plena proliferação. Ali, como alhures, o modo capitalista de ser e produzir soja, dentro de procedimentos modernos e dinâmicos, impulsionava o desenvolvimento das forças produtivas e do trabalho social⁷.

⁷ “O fluxo de capitais ao Mato Grosso do Sul - ressalva OLIVEIRA, 1994: 131 - durante os anos setenta, orientados para ampliação e manutenção

Pelas condições do processo produtivo da soja, exigiu-se uma progressiva articulação entre a agricultura e o setor dominante da economia, resultando, por efeito, em um emprego maciço de maquinarias e insumos industriais que alterou progressivamente a relação área/máquina e estabelecimento/máquina durante toda a década de setenta e oitenta.

“Paralelamente à expansão do uso de máquinas na agricultura, - assinala o IBGE (1989 v.1: 150) - verificou-se, também, a difusão acelerada do uso de insumos químicos largamente empregados em ambas as vertentes de expansão da agropecuária - a formação de pastos plantados e a ampliação de áreas em lavouras temporárias”. O crescimento populacional com a emergência de núcleos urbanos foi outro resultado verificado: cinco cidades nascem na *borda setentrional* e uma na *borda meridional* em decorrência direta ou indireta do movimento da modernização da agricultura.

Por fim: a questão ambiental

A conseqüência mais dramática desse processo não foi, senão, um brutal descontrole do meio ambiente. O acelerado processo de incorporação de terras novas, apoiado na mecanização e na insumização química, quase sempre exigidas pelas diversas características topográficas e edáficas, resultou numa devastação de 3/4 da cobertura vegetal original. Cerca de aproximadamente 70% da área foi utilizado (ou subutilizado) para agricultura e pastagens plantadas.

da sojeicultura, criou um complexo sistema de intercâmbio inter-regional (entrada de mercadorias principalmente do Sudeste e do Sul) e internacional (a cultura da soja no Mato Grosso do Sul desde seus primórdios visava o mercado internacional). Ampliou também, circuitos produtivos auxiliares (comércio urbano, produção agrícola para o consumo urbano, produção industrial de calcário moído). Promoveu, com efeito, a implantação de rígidos blocos estruturais fixos...”

A substituição de importação de defensivos e fertilizantes pela produção nacional altamente subsidiada favoreceu fortemente seu uso na agricultura e na sojeicultura em especial - a partir do final dos anos setenta. Os defensivos, geralmente aplicados com aviões, passaram a comprometer a vegetação ao redor da área plantada, o manejo do gado e a sobrevivência de populações ribeirinhas, devido à contaminação de pastagens e corpos d'água. O problema foi agravado pelas embalagens dos produtos químicos que, poucas vezes, tiveram destinação correta; lixões improvisados de depósitos de galões constituíam uma clara fonte de contaminação do solo, do lençol freático e de alimentos - o lixão de São Gabriel D'Oeste é um exemplo.

Sobrevoando a vasta área de plantação observou-se um saldo ecologicamente negativo: matas ciliares abaixo das condições aceitáveis, curvas-de-nível mal traçadas. É o caso, por exemplo, do processo de assoreamento dos rios Coxim e Taquari, o qual é hoje uma maldita herança.

A escala de procedimentos registrados nas duas últimas décadas nas *bordas* da BAP, muito especialmente na parte setentrional, ao contrário de ocupações anteriores, introduziu consumidores de toda ordem, significando interferência irreversível na cadeia alimentar da região.

A *borda meridional* foi atingida em proporções seguramente menores. Entretanto, a região da Bodoquena passou por um processo no mínimo interessante. No início dos anos setenta, o IBC (Instituto Brasileiro do Café), em função da excelente qualidade das terras e da altitude superior a 600 metros, declarou-a como sendo uma região propícia à plantação de café.

As resinas derivadas de dolomitas silurianas que constituem o reverso da *cuesta* acima de depressão do Pantanal prometiam um fácil crescimento da rubiácea (PÉBAYLE & KOEHLIN, 1981:21).

Com financiamentos extremamente benevolentes a longo prazo, o IBC começou a incentivar o plantio de novos cafezais. Como os financiamentos excediam em muito os custos reais das plantações, possibilitavam a compra de vastidões de terras de boa qualidade e de custo muito baixo.

Por razões que escapam a este estudo, a safra obtida foi demasiadamente pequena. Desincentivados com a cultura do café e estimulados pela volta do crescimento do preço do boi e pelas enchentes persistentes no *Pantanal*, os donos de terras passaram a trocar o café pela brachiária (*brachiaria decumbens.*), surgindo uma região favorável à recria e engorda do rebanho bovino.

O velho sistema de manutenção de equilíbrio, estabilizado segundo as estações (seca e chuvosa) do ano, entre a natureza e o rebanho, passou *pari passu* a ser quebrado na região. Com vistas a evitar as mortalidades precoces por doenças e acidentes (geralmente com animais silvestres) e a aumentar a taxa de parturição, os fazendeiros da Bodoquena intensificaram o desmate e a matança de animais silvestres (cobras e onças sobretudo), modificaram a alimentação do gado no período do inverno, possibilitando a intensificação das queimadas etc. Noutros termos, passaram a implantar um criatório próximo do semi-extensivo, contrapondo-se ao extensivo quase extrativo anterior.

A ruptura na cadeia alimentar da região foi progressivamente estimulada: o tamanduá-bandeira (*Mymecophaga tridactyla*) e a onça parda (*Felis concolor*) já estão praticamente extintos; a lontra (*Lutra platensis*), a anta (*Tapirus terrestris*), o gato-do-mato (*Felissp*), a jacutinga (*Pipile pipile*), a arara-vermelha (*ara chlora ptera*) e o Urubu-rei (*Sarcoramphus*) estão ameaçados de extinção. Quanto à vegetação, o estudo realizado por COSTA & SEGUND (1992), sobre a região da Bodoquena, recomenda evitar o desmatamento de algumas espécies como angico (*Piptadenia spp*), chico-magro e ipês (*Tabebuina sp*), espécies que hoje passam por uma regeneração natural após intensa extração.

No que concerne à região pantaneira propriamente dita, o longo período de enchentes em que ainda se encontra, consolida ainda mais sua condição de área de pecuária extensiva, sem incorporação de técnicas modernas no manejo do rebanho, mantendo-se arraigada a velhos comportamentos (as relações de agregado servil e senhor de terras) apresentando perturbações mínimas durante os anos setenta e o primeiro lustro dos oitenta. A

natureza foi movida por si com pouca interferência do homem e de suas máquinas. Como diz o poeta: "*As coisas que acontecem aqui acontecem paradas (...). Ou então, melhor dizendo: desacontecem*" (Manoel de Barros, no Livro de Pré-Coisas). Por conta disso, a absorção de mão-de-obra no setor rural inexistiu. Como efeito, constata-se uma perda significativa de população no setor durante as décadas de setenta e oitenta.

Referências bibliográficas

- CAMPOS, F. V. *Retrato de Mato Grosso*. 2ª ed, São Paulo: sr., 1960.
- CORRÊA FILHO, V. *Fazendas de gado no Pantanal mato-grossense*, lev. inf. agrícola. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955.
- CORRÊA, R.C. "Meio ambiente e a Metrópole" In: *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro, IBGE, 1993.
- COSTA, N. M.C. da & SEGOND, C. R. "*Plano de manejo ecológico como forma de gestão de unidade de conservação - Bodoquena. Um estudo de caso*". Rio de Janeiro, RBG 54 (2): 526, abr./jun., 1992.
- IBGE. *Regiões de influências das cidades*. Rio de Janeiro, 1987.
- _____. *Geografia do Brasil - Centro Oeste*, V 1. Rio de Janeiro, 1989.
- JUNQUEIRA, C. B. *A reprodução espaço a partir da integração agro-industrial*. São Paulo: FFLCH/USP, 1982. (tese de doutorado)
- MAMIGONIAM, A. "Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional, gênese de Corumbá". Revista *GEOSUL*. Florianópolis, I (1), 1986.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: s.e., 1989.

- OLIVEIRA, T. C. M. *Agro-indústria e reprodução do espaço - o caso soja no Mato Grosso do Sul*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Tese de doutorado).
- PEBAYLER, R & KOEHLIN, J. "As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica". *Espaço e conjuntura*, n° 4. São Paulo, 1981.
- WAIBEL, L. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.